FUNDAMENTOS FILOSÓFICOS-EPISTEMOLÓGICOS DO PROEJA E A FORMAÇÃO DO TRABALHADOR: Politecnia ou Polivalência?

Edvan Wilson Ferreira Pinto[1]

RESUMO

O Presente artigo visa estabelecer um debate acerca dos princípios inseridos nas reformas envolvendo a Educação Profissional no Brasil durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) nos anos de 1990, final do século XX; e a reforma realizada no início do século XXI, pelo presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010). A investigação consiste em apontarmos as mudanças paradigmáticas envolvidas nos dois modelos, o primeiro marcado pela ideia de uma formação aligeirada, direcionada para o atendimento do processo de reestruturação produtiva do capital. Assim, a oferta de educação profissional realizada por FHC, e dirigida a classe trabalhadora, reforçou o caráter dual de escola. Por fim, analisaremos a proposta de educação profissional realizada pelo governo Lula a partir do PROEJA, presente do Documento Base, o qual fez adoção do princípio da educação integral, politécnica, resgatando o conceito de formação humana e cidadã propondo a superação do dualismo da escola brasileira.

Palavras-chave: Neoliberalismo, Educação Profissional, Educação de Jovens e Adultos.

ABSTRACT

This article aims to establish a debate about the principles inserted in the reforms involving Professional Education in Brazil during the governments of Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) in the 1990s, late 20th century; and the reform carried out at the beginning of the 21st century, by President Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010). The investigation consists in pointing out the paradigmatic changes involved in the two models, the first one marked by the idea of a streamlined formation, aimed at meeting the capital productive restructuring process. Thus, the offer of professional education carried out by FHC, and aimed at the working class, reinforced the dual character of the school. Finally, we will analyze the proposal of professional education carried out by the Lula government from PROEJA, present in the Base Document, which adopted the principle of comprehensive, polytechnic education, rescuing the concept of human and citizen education, proposing to overcome the dualism of the school Brazilian.

[1] Docente do Instituto Federal do Maranhão (IFMA). Doutorando em Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PGPP) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Keywords: Neoliberalism, Professional Education, Youth and Adult Education.

1. INTRODUÇÃO

O governo do presidente Lula (2003-2010) dentro de sua agenda política apresentou dentre suas prioridades em sua reforma educacional à Educação de Jovens e Adultos visando a construção de programas voltados para o combate à exclusão social. O destaque foi para a formulação de programas que permitissem a articulação da educação básica e a profissional na perspectiva da formação integrada. Tal exigência decorreu das críticas às mudanças na gestão do trabalho, das transformações nas organizações empresariais impactando nos processos formativos dos trabalhadores dada uma exigência maior por novas competências e habilidades. A tese alegada pelo mercado era a consolidação desse “novo trabalhador” capaz de executar diversas atividades. Superar a lógica de educação profissional marcada pela submissão ao fazer, significava apresentar políticas e programas, articulando trabalho e educação sob novos compromissos éticos, políticos e educativos. Com isso a questão levantada nessa investigação consiste em saber: Quais fundamentos filosóficos-epistemológicos possibilitam a construção desse projeto de educação profissional que permita a formação integral à cidadania e não ao mercado?

Desta forma, responder tal problema, tornou-se um imperativo categórico, dada a necessidade de construção de políticas de educação profissional capazes de enfrentar o alto grau de exclusão decorrente das exigências do mercado. Contudo, o dilema apontado por muitos educadores consistia no tipo de oferta que seria realizada considerando as transformações estruturais do capitalismo e a pressão sobre os sistemas de ensino. Assim, acompanhamos com a ascensão do pensamento neoliberal nos anos de 1990, a reforma da educação realizada pelo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso em que a tese vencedora foi a que privilegiou o alinhamento com o processo de reestruturação produtivo com viés tecnicista e economicista (RAMOS, 2014). A promulgação do Decreto nº 2.208, de 1997, selou a espinha dorsal do projeto de reforma de FHC com a separação da educação profissional e do ensino médio (RAMOS, 2014).

Desta forma, a vitória da tese anterior gerou no seio dos educadores que buscavam uma educação mais humanista um conflito no campo da educação profissional. Com a ascensão do governo Lula nas eleições de 2002, ocorreu a retomada de novos princípios na construção das políticas de educação pautadas principalmente na ideia da integração e escola unitária. Houve por parte do governo federal, com destaque, no âmbito da Educação de Jovens e Adultos (EJA) o interesse em superar o modelo de política pública voltada para a construção de programas no geral orientados à capacitação profissional em suas formas aligeiradas reforçando ainda mais o modelo dual de escola no Brasil.

Por conseguinte, precisamos entender e diferenciar os fundamentos da proposta do governo do presidente Lula por meio de sua política de educação profissional que integrou o ensino médio com o ensino profissional, o que possibilitou pelo menos no campo teórico a ruptura com a forma dual de escola e o modelo hegemônico de formação profissional para o mercado. Neste caso, precisamos denunciar a contradição da sociedade capitalista que transforma o conhecimento, isto é, a ciência em força produtiva, e fornece ao trabalhador apenas o necessário para que ele possa potencializar ainda mais a reprodução do capital (SAVIANI, 2003). Com isso, faz-se necessário construir um caminho alternativo ao modelo dominante de políticas de formação à classe trabalhadora, formuladas ao longo da história do Brasil e, caracterizadas pela fragmentação ou parcelamento do conhecimento e para áreas de trabalho socialmente desprestigiadas (PAIVA, 2012).

Assim, no intuito da avançarmos nesse importante e necessário debate no campo da educação, adotamos como instrumento metodológico a pesquisa de cunho qualitativo, no campo das pesquisas nas Ciências Sociais, que tem como definição segundo a natureza ser uma pesquisa exploratória. Ela foi realizada com base em sites, documentos, livros, revistas eletrônicas, artigos produzidos na área caracterizando também uma pesquisa documental. Quanto ao método utilizamos o materialismo dialético, uma vez que entendemos que a realidade enquanto movimento do objeto real precisa ser apreendido em meio as suas contradições e múltiplas determinações.

Desta forma, avançar na compreensão das mudanças nas reformas ocorridas na educação profissional no campo das políticas públicas de educação, no final do século XX, e início do século XXI, não podemos ignorar o movimento da história concreta, as condições histórico-sociais, a forma como os debates, as lutas e as pressões sociais contribuíram na formação de um contexto, de uma conjuntura recheada de contradições, mas pautada por um debate no âmbito da educação profissional e de jovens e adultos que apontaram novos horizontes teórico-metodológicos na construção de programas que assumissem novos compromissos éticos e políticos. Com isso, o trabalho estrutura-se da seguinte forma: falaremos do governo FHC, e sua reforma educacional; depois, estabeleceremos a partir do PROEJA, os fundamentos adotados pelo governo Lula na construção de sua resposta para o problema da baixa escolaridade e formação da classe trabalhadora por meio de uma educação integral, e por último as considerações finais.

2. A Educação Profissional nos anos de 1990: a preparação para o mercado de trabalho

Inicialmente, para compreendermos o debate e o modelo de educação profissional vigente no Brasil, precisamos considerar o cenário de mudanças estruturais no país e no mundo, a partir dos anos de 1990, advindas com a globalização econômica e o processo de reestruturação do sistema capitalista; e internamente, destacar as reformas educacionais do governo FHC (1994-2002) baseadas nas orientações dos organismos e agências internacionais que propunham aos países periféricos ajustes dos seus sistemas educacionais às novas demandas do capital. Assim, as reformas realizadas na educação profissional no Brasil, nos anos de 1990, tiveram como base a ideia funcional de brevidade ou aceleração no atendimento das necessidades do mercado, pois ocorre que a separação entre as disciplinas da formação profissional e os fundamentos científico-tecnológicos e históricos sociais do processo formativo dos jovens e adultos serviu para o atendimento dos interesses do mercado de trabalho.

Diante das exigências provenientes da inovação tecnológica, e da proposta vitoriosa na educação profissional voltada para um trabalhador mais flexível, em que

são necessárias novas competências ao trabalhador polivalente (RAMOS, 2014). De acordo com esse paradigma "[...] a qualificação para atender aos novos requerimentos tecnológicos permite integrar as capacidades para a atividade produtiva [...]" (CARVALHO, 2003, p.15). Integrar as capacidades do trabalhador à atividade produtiva, significa oferecer uma qualificação específica, em outras palavras uma formação para o mercado. Com isso, nesse receituário, corremos o risco de instrumentalizar os sujeitos com conhecimentos para atender um padrão tecnológico resultado das demandas do capital em seu processo de acumulação flexível.

Ademais, nesse contexto de grandes mudanças nas relações produtivas e\ou organizacionais das empresas, à educação passa a ser vista enquanto um meio para que o homem possa ocupar um lugar no mercado de trabalho: "[...] o lugar que o homem ocupa nessa nova ordem está relacionado à qualificação que lhe vem sendo oferecida" (CARVALHO, 2003, p.17). O cuidado com esse discurso da qualificação como meio para a colocação ou recolocação do trabalhador, esconde a condição a que foi elevado o mercado no ideário neoliberal enquanto ordenador de todas as relações sejam econômicas ou humanas (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003). Assim, mesmo qualificado, muitas vezes, o trabalhador não terá a garantia de sua inserção no mercado de trabalho. Por isso, políticas de educação profissional, com destaque para a EJA, não podem ser pensadas independentes de todo um quadro político e econômico tanto interno quanto externo ao país, ignorando o modo como as forças políticas, econômicas e sociais atuam em um contexto permitindo um maior ou menor avanço nos processos democráticos, e acesso aos bens e serviços.

Portanto, cabe lembrar que o discurso neoliberal baseado em mudanças educacionais em termos de aquisição de conhecimentos e habilidades específicas exigidas para a inserção no mercado de trabalho, na realidade oculta um quadro geral, e crescente de desemprego estrutural e exclusão social dos trabalhadores (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003). Logo, a ideia de qualificação profissional compreendida no ideário hegemônico do neoliberalismo, diz respeito estritamente a implantação de políticas de formação profissional específicas para o atendimento das transformações técnico-científicas da produção material. Com isso, o trabalhador

preparado será aquele melhor adaptado às mudanças, disposto a realizar inúmeras tarefas, visto que domina a lógica da polivalência, em que ele é obrigado a "executar diferentes tarefas e operar vários tipos de máquinas e equipamentos [...]".(GOUNET, 1999, apud, PREVITALI; FRANÇA, 2013, p.207).

Desta forma, na esteira do discurso da instabilidade econômica, dos avanços tecnológicos, da qualificação versátil, da desregulamentação de direitos e submissão do trabalhador as mutações do setor produtivo, tudo isso serviu à criação das políticas de qualificação pensadas sob a lógica da unidimensionalidade do mercado ou do pensamento empresarial (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003). Essa adequação dos processos educativos aos novos padrões tecnológicos podemos identificar na política de educação profissional do presidente FHC. De acordo com Cunha (2000, p.216):

> Para fazer frente a essa situação, o governo FHC adotaria duas estratégias. A primeira seria em relação à educação básica, com ênfase no ensino profissionalizante. A segunda seria a reorientação das políticas de capacitação de mão-de-obra, de forma a permitir a melhor adaptação dos trabalhadores às modernas tecnologias.

Principalmente no governo FHC ocorreu a adequação do projeto educacional brasileiro às diretrizes do pensamento hegemônico global. Isso implicou subordinar a função social da educação de forma a responder às demandas do capital, comprometendo as políticas de educação profissional, e com isso, inviabilizando a construção de outro projeto societário, visto que o interesse dessas políticas de educação está no indivíduo, como afirmam Frigotto e Ciavatta (2003, p.108): "Trata-se de uma perspectiva pedagógica individualista, dualista e fragmentária coerente com o ideário da desregulamentação, flexibilização e privatização e com o desmonte dos direitos sociais [...]". Centralizando o processo educativo no indivíduo e reforçando uma pedagogia que prima pelas habilidades dos trabalhadores reitera-se um processo de valorização de um conhecimento técnico onde os sujeitos são os únicos responsáveis pelo sucesso ou fracasso no mercado de trabalho.

Portanto, a realidade advinda com a chamada crise mundial de acumulação do capital, e sua necessidade de reestruturação promoveu o desenvolvimento de um

novo padrão tecnológico baseado na microeletrônica, na automação, na robótica que impõe um discurso ao trabalhador a formação continuada ou qualificação permanente.

Por isso, urge pensar as políticas públicas de educação profissional para além do modelo baseado no discurso do domínio das competências e habilidades. Temos que buscar a superação desse modelo, o que significa estabelecer rupturas ou mudanças no âmbito das políticas, dos programas ofertados aos cidadãos que necessitam de um atendimento que priorize os processos de aquisição de conhecimento, respeite seu processo de aprendizagem, sua trajetória de vida, e não a instrumentalização do saber enquanto um conjunto de técnicas isoladas. Assim, veremos a seguir a resposta dada pelo governo Lula com o PROEJA, e sua oferta na Rede Federal de Educação Tecnológica com a promulgação do Decreto 5.840, de junho de 2006. Entender o programa, sua formulação e princípios consiste em uma questão central para avançarmos debate de uma educação profissional centrada na valorização do trabalho enquanto princípio educativo para a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA).

3. O governo Lula e a reforma da Educação Profissional: A criação do PROEJA e o princípio da escola unitária.

A visão do governo Lula colocada em seu projeto de educação nacional trouxe como pilares a inclusão social e o direito à educação básica. Assim, a base de sua reforma à educação apresentou como proposta justamente a nítida separação entre a qualificação e a educação tecnológica ou politécnica, uma vez que a primeira representa o projeto neoliberal onde a formação do trabalhador está voltada para o atendimento das demandas do mercado, enquanto “educação do capital” (CARVALHO, 2003). Por isso, a prioridade estava na elaboração de “[...] programas de treinamento dos trabalhadores mais atingidos pelos processos de reconversão industrial [...]” (CUNHA, 2000, p.217). Tal realidade muito criticada, pelos educadores progressistas, exigia mudanças na política de educação profissional, assim como, na oferta de programas com outros princípios teóricos capazes de combater o quadro grave de baixa escolaridade e formação da classe trabalhadora.

Assim, outro ponto a ser combatido pelo governo federal era a oferta de qualificação dos trabalhadores realizados quase que exclusivamente por meio de programas de aperfeiçoamento em massa, em que a prioridade estava apenas no aumento da produtividade do trabalhador. Esse modelo de política de qualificação tinha como meta a "[...] elevação do nível intelectual dos trabalhadores" (CARVALHO, 2003, p.18). Essa configuração da educação profissional, no geral, quer somente possibilitar o acesso a mais conhecimentos, e permitir o desenvolvimento de novas competências dos trabalhadores. É preciso compreender a verdadeira correlação existente entre a qualificação profissional e a inserção no mercado de trabalho no contexto da reestruturação produtiva, visto que do contrário incorreremos no equívoco de admitir a defesa de um modelo de educação profissional que exalta o desenvolvimento de competências individuais e habilidades que na prática ajudam na manutenção da atual forma de exploração do trabalhador. Por isso, precisamos entender os limites de atuação de uma política ou um programa, e reconhecer os aspectos sociais, políticos e econômicos envolvidos na efetivação do PROEJA.

Assim, a elaboração de uma política governamental no âmbito da educação que contenha programas direcionados a qualificação profissional de jovens e adultos para o enfrentamento do desemprego, ainda que adequados às mudanças tecnológicas, pode ser limitado em seus efeitos, considerando as condicionalidades macroestruturais. Por isso, entender os princípios que consolidaram e fundamentaram a criação do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) por meio do Decreto nº 5.840, de 2006, possibilitou apontarmos o corte realizado com a ideia central da política de qualificação neoliberal (com os cursos profissionalizantes básicos), e sedimentarmos um debate acerca da educação unitária como condição necessária na construção da cidadania, e da autonomia do trabalhador.

Por isso, analisar o PROEJA nesse contexto sócio, político, econômico e cultural brasileiro, significa em primeiro lugar, entendermos os limites e as possibilidades do programa, uma vez que, em seu desenho institucional temos no princípio da integração um dos principais pilares apresentados pelo programa, cujo

objetivo é tornar o sujeito em um cidadão, e não um mero instrumento de produção: “[...] a integração entre trabalho, ciência, técnica, tecnologia, humanismo e cultura geral com a finalidade de contribuir para o enriquecimento científico, cultural, político e profissional como condições necessárias para o efetivo exercício da cidadania”. (BRASIL, 2006, p.6).

Desta forma, não é suficiente apenas a elaboração de uma política isolada que busque romper com um programa educacional neoliberal que quer adequar os sistemas de ensino as demandas do mercado, com a criação de programas de qualificação que utilizam do paradigma do trabalhador mais flexível e com competências múltiplas. Porém, a discussão sobre a reforma da educação profissional e a criação do PROEJA passa pela construção também de um outro projeto de sociedade, pois a proposta de educação integrada que visa o efetivo exercício da cidadania, não pode ser devidamente implementada apenas com a inclusão de jovens e adultos desempregados no mercado de trabalho, mas passa pela adoção de novos valores e a construção de uma sociedade mais justa e menos desigual.

Assim, é necessário pensarmos uma política de educação profissional, com seus programas, distinta do que apresentamos até agora, a qual foi pautada apenas na manutenção dos interesses do capital, com o estímulo à formação de determinadas competências, e baseada na flexibilidade do processo produtivo de acordo com os interesses das classes dominantes (ALMEIDA; OLIVEIRA, 2009). O contraponto que queremos apresentar está justamente na compreensão de uma educação à cidadania. Conforme previsto no PROEJA, inserida Documento Base: “[...] o que realmente se pretende é a formação humana, no seu sentido lato, com acesso ao universo de saberes e conhecimentos científicos e tecnológicos produzidos historicamente pela humanidade [...]” (BRASIL, 2007, p.13). Isso representa no âmbito da escola unitária uma educação autônoma, pois unifica a educação propedêutica e a profissional, não permitindo que beneficiários sejam apêndices de um processo produtivo alienante, em que o trabalhador não se reconhece enquanto classe, e por mais que, ele desenvolva certas competências cognitivas.

Assim, o ponto de inflexão nessa proposta de educação para a cidadania do governo federal inserida no PROEJA está em propor “a formação humana em seu sentido lato”.(BRASIL, 2007, p.17). Outro aspecto presente na construção dessa política está no reconhecimento governamental de uma outra noção de trabalho, na necessidade da superação de um modelo de sociedade que instrumentaliza educação, que limita à qualificação profissional e a tecnologia apenas para satisfazer ao processo de reprodução do capital. Logo, faz-se prioritário um modelo de desenvolvimento que articule trabalho, progresso técnico e educação, porém, que atenda às necessidades humanas, que aponte para um outro projeto societário mais inclusivo e cidadão (BRASIL, 2007).

Desta forma, combater a perspectiva de qualificação profissional para a produtividade das empresas, conforme os “homens de negócios” (FRIGOTTO, 1996), implica em resgatarmos no plano teórico, principalmente, “o trabalho como princípio educativo” algo presente nos princípios que fundamentam a concepção do PROEJA no Documento Base; e conceitos como: “[...] escola unitária, formação omnilateral e/ou politécnica, tecnológica-industrial produzidas no interior da concepção de homem e processo de emancipação humana" de Marx e Engels [...]” (FRIGOTTO, 1996, p.171). Com isso, retomar a proposta teórica de Marx e Engels acerca da emancipação humana é fundamental considerando suas relações com a concepção de homem, sociedade e educação presentes no PROEJA. O processo emancipatório, segundo eles, ocorre no mundo real, a partir de relações sociais de produção historicamente construídas, e não imaginadas:

> [...] só é possível conquistar a libertação real [wirkliche Befreiung] no mundo real e pelo emprego de meios reais; que a escravidão não pode ser superada sem a máquina a vapor e a Mule-Jenny, nem a servidão sem a melhora da agricultura, e que, em geral, não é possível libertar os homens enquanto estes forem incapazes de obter alimentação e bebida, habitação e vestimenta, em qualidade e quantidade adequadas. A “libertação” é um ato histórico e não um ato de pensamento, e é ocasionada por condições históricas [...] (MARX; ENGELS, 2007, p.29).

Ao estabelecer a crítica à filosofia idealista alemã, e apresentar as bases do pensamento crítico, eles relacionaram justamente a emancipação do homem e o desenvolvimento das forças produtivas (COLLIN, 2008). Desta forma, devemos

entender que para libertar o homem, tal situação passa necessariamente pela transformação das relações sociais de produção, e o acesso aos bens socialmente produzidos que possibilitam reproduzir a existência de forma digna. Desse modo, podemos destacar que Marx reconhece o valor do desenvolvimento técnico de sua época para permitir aos homens as condições para sua emancipação: “[...] que a escravidão não pode ser superada sem a máquina a vapor e a Mule-Jenny, [...]” (MARX; ENGELS, 2007, p.29).

Assim sendo, é necessário pensarmos esse novo projeto de sociedade, o qual deve contemplar um entendimento diferente de organização da produção, de desenvolvimento econômico que não acolha apenas os interesses do capital, e com isso, fazem-se necessárias novas relações sociais de produção que não sejam marcadas pela exclusão ou inclusão precária. Será mediante essas mudanças que poderemos pensar uma educação profissional que não trate os milhares de jovens e adultos brasileiros não escolarizados formalmente, subempregados e/ou desempregados como meras mercadorias.

Desta forma, estabelecermos uma proposta de educação integrada, uma educação unitária ou politécnica de qualidade que transcenda o adestramento, o treino, a relação funcional com a produção e as imposições do mercado de trabalho, representa superarmos a visão hegemônica vigente na sociedade neoliberal, assumindo outros compromissos éticos e políticos. Como afirma Frigotto (1996, p.173): “A educação ou [...] a formação humana ou mesmo os processos de qualificação para fazer face às tarefas econômicas, numa perspectiva socialista democrática, têm como horizonte permanente dimensões ético-políticas inequívocas”.

Desta forma, o enfrentamento da exclusão, das desigualdades e da exploração da classe trabalhadora que precisa de condições objetivas e subjetivas para a reprodução de sua existência requer uma educação em que o trabalhador não apenas execute tarefas especializadas e\ou simplificadas, uma vez que, a exigência é por uma educação que possibilite uma leitura de mundo e uma atuação cidadã. Desta forma, cabe ressaltar que o PROEJA não foi concebido sob a ótica da ocupação profissional de forma direta, mas destaca a condição de homens e mulheres produzirem suas

existências (BRASIL, 2007), ou seja, o trabalho assume a condição de emancipador que visa uma ação transformadora na sociedade (KLEIN, 2011). Por isso, a crítica a redução do trabalho ao concreto, que limita a ação do homem a uma atividade específica, difere da proposta de sociedade, trabalho e educação elaborada por Marx e Engels (2007, p.38, negrito nosso):

> [...] ao passo que, na sociedade comunista, onde cada um não tem um campo de atividade exclusivo, **mas pode aperfeiçoar-se em todos os ramos que lhe agradam**, a sociedade regula a produção geral e me confere, assim, a possibilidade de hoje fazer isto, amanhã aquilo, de caçar pela manhã, pescar à tarde, à noite dedicar-me à criação de gado, criticar após o jantar, exatamente de acordo com a **minha vontade**, sem que eu jamais me torne caçador, pescador, pastor ou crítico.

Superar o modelo de educação que reforça a submissão do trabalhador ao mercado, pressupõe construirmos uma outra relação entre educação e trabalho, em que o trabalhador não tem "[...] um campo de atividade exclusivo, mas pode aperfeiçoar-se em todos os ramos que lhe agradam [...]".(MARX; ENGELS, 2007, p.38). A relação entre educação e trabalho subjacente aqui não está no intuito de reforçar os interesses do capital, mas as necessidades do trabalhador. A educação passa a ser tratada enquanto um processo que possibilita ao homem sua emancipação, uma vez que caberá ao homem definir suas prioridades, interesses, e necessidades de aprendizagem.

A proposta de educação profissional presente no Documento Base do PROEJA não resulta de processos arbitrários, impostos pela economia que cria um trabalhador "vassalo". O desafio apresentado está em pensar de forma dialética essa relação entre educação e sociedade. Não basta apenas uma educação tecnológica baseada em novos referenciais teóricos, se não houver organicamente a construção de outras práticas sociais pautadas em valores éticos e políticos distintos daqueles que regem a atual "sociedade do conhecimento" ou sociedade neoliberal. Assim, a questão é romper com todas as formas de exclusão social e desigualdades vigentes através de processos educativos que concorram na formação do homem emancipado, cidadão, capaz de transformar as práticas sociais, assim como, o próprio processo de trabalho.

A reforma da educação profissional do governo federal, na gestão Lula, tinha como objetivo ampliar as possibilidades do trabalhador em seu percurso formativo.

Desta maneira, a mudança de modelo de EPT era fundamental, e com isso, o resgate de princípios como da educação integral na formulação do PROEJA. Isso apontou para um outro tipo de sujeito, para um sujeito do conhecimento distinto, pois nesse espaço ocorre a valorização dos saberes adquiridos ao longo da vida, visto que "[...] o homem, enquanto ser social, constrói o conhecimento da realidade, da natureza, do conhecimento em si" (FRIGOTTO, 1996, p.180). Independentemente ou não da escola o homem pode produzir, acumular conhecimentos, isto é, os homens produzem o seu conhecimento, em que pese sua singularidade ou particularidade, dada sua inserção histórica, porém o ponto central está na condição ontológica dos seres humanos enquanto sujeitos do conhecimento.

Desta forma, o governo federal assumiu a premissa da educação integral, seus programas formativos resgatou o contexto social daqueles que estão na sala de aula, para que eles avancem em um horizonte de maior universalidade (FRIGOTTO, 1996). O objetivo dessa proposta de educação profissional integrada a educação básica é retomar a totalidade do conhecimento, reconstruindo a realidade social em uma base disciplinar orgânica (FRIGOTTO, 1966), diferentemente das múltiplas fragmentações realizadas com as diversas especializações requeridas com o avanço da ciência; a proposta aqui é a organização do conhecimento através da superação das polaridades estabelecidas entre o conhecimento geral e o técnico, teórico e prático. Desta forma, inserir o conceito de escola unitária na construção da política do PROEJA, no geral, representou um avanço importante na superação de uma modelo de escola que segmentou a sociedade brasileira historicamente entre ricos e pobres.

Mas, agora com a perspectiva de construção da escola unitária exige-se a ruptura com o que Frigotto (1996) chamou de velho industrialismo que estava centrado na fragmentação do conhecimento e na exacerbação da exclusão social. Mas, para a emergência de uma outra educação é necessário um outro processo industrial, que valorize a formação completa do homem. Por conseguinte, como diz Frigotto (1996, p.181): "A perspectiva unitária e politécnica demarca a necessidade de romper-se, como já assinalamos, com as dicotomizações de formação geral e específica, humana e técnica, teórica e prática etc". O objetivo é o desenvolvimento do homem nas suas

múltiplas dimensões como uma exigência ontológica, isto é, coloca-se o homem como o responsável para definir o que lhe interessa, e aperfeiçoar-se naquilo que lhe agrada como colocaram Marx e Engels (2007).

A proposta de educação unitária implica em fornecer condições à classe trabalhadora para que "[...] produzam sua existência de forma cada vez mais completa" (FRIGOTTO, 1998, p.196). Portanto, o objetivo dessa educação será possibilitar os meios necessários aos homens, isto é, o acesso aos bens econômicos e culturais para que possam agir de forma mediatizada pelo conhecimento e pela técnica, possibilitando a superação das unilateralidades presentes nas escolas que representam a educação de classe. De acordo com o filósofo Antônio Gramsci (1982, p.118): "Escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre equanimemente o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual". Assim, a política de educação profissional para a EJA, e concebida no PROEJA, assumiu teoricamente a perspectiva global do homem, apresentando uma política de formação completa capaz de fornecer uma intervenção na realidade de forma mais qualificada à construção de uma nova sociedade.

Por fim, a formulação do PROEJA sob a tese do trabalho como princípio educativo e a organização da escola a partir do princípio da escola unitária, politécnica ou humana representa para o homem o seu desenvolvimento intelectual, físico, científico e tecnológico, isto é, significa a possibilidade do desenvolvimento total, e não somente daquilo que é esperado pela indústria, por isso, a educação politécnica entra em contradição com as relações sociais de produção capitalista. A contradição resulta claramente da visão assumida pela educação formal na sociedade capitalista que prioriza uma educação fragmentada, como vimos, para a classe trabalhadora que precisa ser adequadamente preparada para o exercício de uma determinada ocupação no mercado de trabalho, e a proposta unitária entende que a educação deve ser no intuito de preparar o homem enquanto totalidade. Assim, a formação humana enquanto uma formação completa deve possibilitar aos participantes do PROEJA,

uma leitura do mundo, uma atuação como cidadão, e ao mesmo tempo, integrar dignamente o trabalhador à comunidade política.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, o Proeja enquanto política pública para atendimento de milhares de jovens e adultos excluídos assume teoricamente a visão politécnica ou humanística da educação, pois não vê o homem de forma fragmentada, mas: "[...] o homem deve ser concebido como um ser integral, [...]" (BRASIL, 2006, p.24). Sendo assim, identificamos que o programa traz uma concepção de educação integral, homem e sociedade que estão devidamente articulados com os conceitos de tradição marxista, no que tange a educação unitária e politécnica, fazendo até um contraponto com o modelo atual de sociedade.

Entretanto, a concepção do Proeja materializada no Documento Base (2007) não pode ficar restrita as mudanças que muitas vezes são realizadas apenas no âmbito teórico e legal no Brasil, mas devemos destacar que a implementação da política exige compromissos por parte do governo federal que possibilitem às instituições educacionais ofertantes do programa, neste caso, restritamente falando aos Institutos Federais, os investimentos necessários para que a política seja garantida em toda a sua extensão e concepção conforme prevista nos documentos oficiais. Inegavelmente,

Portanto, fornecer as condições para que a rede federal de educação profissional seja um espaço capaz de desenvolver pedagogicamente esta proposta emancipadora e crítica de educação profissional integrada a educação básica, possibilitará pensarmos a travessia para um outro mundo, visto que isso exige compromissos diversos entre todos os que estão envolvidos na execução do programa, mas não podemos deixar de tratar das condições de implementação do Proeja nos institutos federais, uma vez que, precisamos devidamente se essas instituições tradicionalmente organizadas e sem experiência formativa com os sujeitos alcançados pelo Proeja, lograrão êxito com essa política.

Assim sendo, ressaltar os ganhos advindos com o programa e, os princípios utilizados para que mudanças ocorressem no tipo de oferta de educação na EJA, e formação profissional realizada, representa um dos pontos positivos da política EPT no governo Lula. Com isso, o PROEJA por meio de uma educação profissional erigida sob a insígnia do “cidadão profissional” representa um importante corte histórico, filosófico e epistemológico no atendimento da EJA, e possibilita apontar novos caminhos na construção de uma sociedade mais justa e democrática, visto que a ideia de respeito aos interesses das classes populares coloca-se como um imperativo que necessita ser considerado na construção de políticas sociais que vislumbrem a superação dos inúmeros danos causados pelo conjunto de representações pragmáticas e enganosas do modelo neoliberal.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de; OLIVEIRA, Silvia Andreia Zanelato de Pieri. **Educação para o mercado de trabalho:** impasses e contradições. REP - Revista Espaço Pedagógico, v. 16, n. 2, Passo Fundo, p. 155-167, jul./dez. 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria Profissional e Tecnológica. **PROEJA:** Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade Educação de Jovens e Adultos. Brasília, DF: 2007.

CARVALHO, Olgamir Francisco de. **Educação e Formação Profissional:** trabalho e tempo livre. Brasília: Plano Editora, 2003.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo.** São Paulo: UNESP; Brasília, DF: Flacso, 2000.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi. O PROEJA e o Direito à Formação Integrada: limites, avanços e possibilidades de implantação. In: OLIVEIRA, Edna Castro de. **Eja e Educação Profissional: desafios da pesquisa e da formação no PROEJA**. Brasília, DF: Liber Livro, 2012.

FILHO, Domingos Leite Lima; SILVA, Mônica Ribeiro da; DEITOS, Roberto Antonio. **PROEJA Educação Profissional Integrada à EJA:** questões políticas, pedagógicas e epistemológicas, Curitiba, PR: Editora UTFPR, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. As novas e velhas faces da crise do capital e o labirinto das referências teóricas. FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. (org). **Teoria e Educação no Labirinto do Capital.** 4.ed. São Paulo: Expressão popular, 2016.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria. **Educação Básica no Brasil na década de 1990:** subordinação ativa e consentida à lógica do marcado. Educação e Sociedade, v.24, n.82, p.93-130, abril/2003. Disponível em: http://www.cedes.unicamp.br.

MARX, Karl; ENGELS, FRIEDRICH, Engels. **A Ideologia Alemã**: Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. trad. Rubens Enderle; Nélio Schneider; Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007

PAIVA, Jane. Desafios da formação de educadores na perspectiva da integração da educação profissional e EJA. In: OLIVEIRA, Edna Castro de. **Eja e Educação Profissional: desafios da pesquisa e da formação no PROEJA**. Brasília, DF: Liber Livro, 2012.

POCHMANN, Marcio. Educação e Trabalho: como desenvolver uma relação virtuosa? **Educ. Soc.** Campinas, v.25, n.87, p.383-399, maio\ago.2004. Disponível em: <http:www.cedes.unicamp.br>

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional** [recurso eletrônico]. – Dados eletrônicos (1 arquivo: 585 kilobytes). – Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. - (Coleção formação pedagógica; v. 5).

SAVIANI, Demerval. **O choque teórico da politecnia**. Trabalho, Educação e Saúde. v.1, p.131-152, 2003.